DRAMA, MOBILIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RELATOS COERENTES EM MEIO AO CAOS[1]

Ada Cristina Machado da SILVEIRA[2]
Aline Roes DALMOLIN[3]
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Resumo

O presente artigo trata de algumas implicações inerentes à estrutura de rede e suas relações assimétricas, conhecidas pela perspectiva das políticas de comunicação. Sabe-se que o peso da estrutura de rede na mobilização e cobertura jornalística de tragédias está relacionado diretamente com a questão da regionalização de conteúdos e os eventos catastróficos tem a capacidade de expor os limites de sua capacidade midiático-comunicativa. A busca de construção de relatos coerentes em meio ao caos de um acontecimento de grandes proporções como foi o caso da tragédia de Santa Maria, ocorrido em 27/01/2013, possui diversas características que puseram em xeque a capacidade informativa da estrutura de comunicação.

Palavras-chave:

Regionalização de conteúdos; tragédia; discurso jornalístico; política de comunicação; relações assimétricas.

O papel da mídia numa tragédia

A construção de relatos coerentes em meio ao caos de um acontecimento de grandes proporções, como foi o caso da tragédia de Santa Maria, ocorrida em 27/01/2013, possui diversas características que puseram em xeque a capacidade informativa da estrutura de comunicação existente na região e no Brasil.

O presente artigo trata de algumas implicações inerentes à estrutura de rede e suas relações assimétricas, conhecidas pela perspectiva das políticas de comunicação. Parte-se do pressuposto de que o peso da estrutura de rede na mobilização e cobertura jornalística de tragédias está diretamente relacionado com a questão da regionalização de conteúdos. Os eventos catastróficos teriam, portanto, a capacidade de expor os limites de sua capacidade midiático-comunicativa.

---

[1] Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de comunicação, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Professora do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora do CNPq. E-mail: ada.machado@pq.cnpq.br

[3] Bolsista Capes (PNPD) de estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria.

Estruturamos o artigo em três partes. A primeira trata do poder das políticas de comunicação na cobertura jornalística, a regionalização de conteúdos e a estrutura de meios. A segunda aborda as condições de análise da cobertura do drama que se intitulou como "o genocídio de jovens futurosos", expondo a produção de narrativas para a mobilização e a hierarquização da localização. Por fim, analisamos a questão referente à possibilidade do nível local falar para o nível nacional, o que exige passar por um reconhecimento do nível local como sujeito múltiplo e da coerência dos relatos produzidos em meio ao caos.

1. O poder das políticas de comunicação na cobertura jornalística: a regionalização de conteúdos

O peso das políticas de comunicação na mobilização da catástrofe, tanto quanto na cobertura jornalística, relaciona-se diretamente com a questão da regionalização de conteúdos. Num país de dimensões continentais, a proposta de democratização da mídia passa diretamente pela capacidade de resposta a forças mobilizadoras situadas muito aquém do nacional. No entanto, nossa estrutura de meios guarda profunda distância dessa realidade, evidenciando a assimetria de suas relações entre os níveis local, regional e nacional.

O que fazer com tamanha disparidade de perspectivas frente aos imprevistos de momentos dramáticos? Vera França (2012, p.10) observa que "o mundo se dá a ver de novas formas, nossos sentidos são aguçados diferentemente, os acontecimentos, na sua segunda vida, se revestem de formas simbólicas distintas e passam por transformações impensadas".

A tragédia da Boate Kiss, que terminou por vitimar a 242 jovens, não foi fruto de uma fatalidade, de um desastre natural, mas produto de uma determinada conjunção de fatores em certa inserção sócio-histórica. Sendo assim, constatamos que a imprevisibilidade com a qual o jornalismo negocia a todo tempo não deveria pegar desprevenidos a seus profissionais numa situação como esta. No entanto, não é bem assim. A cobertura da tragédia de Santa Maria envolveu, conforme levantou Keila Jimenez, na Folha de São Paulo de 30/1/2013, em texto reproduzido pelo Observatório da Imprensa, 46 horas do noticiário[4] e programas de entretenimento da TV aberta, quando transcorridos pouco mais de três dias.

[4] A jornalista cita o levantamento feito pela *Controle da Concorrência*, empresa que monitora inserções publicitárias para o mercado, entre os dias 27 e 28 de janeiro de 2013. As emissoras que tiveram o tempo de programação medidas foram Record (14 horas), Globo (10 horas), Band (9 horas), SBT (7h30min) e RedeTV! (5 horas).

Ela registra que os programas de entretenimento foram responsáveis por grande parte do tempo de televisão aberta dedicado ao acompanhamento da mobilização em torno da tragédia (JIMENEZ, 2013).

Conforme Silveira (2013, p.2), desde o início, sobressaiu o contraponto entre veículos locais, regionais e nacionais para a audiência local: "Num primeiro momento, dois aspectos fazem-se salientes. O agendamento da cobertura a reboque das mídias sociais e o inevitável despreparo e carência de materiais das coberturas centralizadas no eixo Rio-São Paulo." Ademais disso, pode-se observar que:

> as mídias sociais atuaram num conjunto tão grande de ações que enumerá-las faz-se temerário: mobilização do voluntariado, informação sobre feridos e mortos, localização de familiares, promoção de auxílios diversos (alimentação, transporte, alojamento, etc.), manifestação do pluralismo e, finalmente, a organização de passeatas e cultos (SILVEIRA, 2013, p.3).

As perguntas que se apontam falam da estrutura de meios e suas características. Possuímos uma rede comunicacional que dê conta desse tipo de acontecimento e seus desdobramentos? Quais são as principais características de nossa estrutura de meios?

É assim que o tema da regionalização da programação de conteúdos em TV aberta, consagrado pelo Art. 221 da Constituição Federal de 1988, encontra na cobertura de tragédias seu *hard case,* um duro problema para uma conjuntura de fraca legitimação política, tanto em termos de regulação como de diversificação e de pluralismo da Comunicação.

1.1 A estrutura de meios

A estrutura de meios opera com a concepção de que a institucionalização do jornalismo no sistema de redes suprime a necessidade da presença localizada ao nível do município numa nação de dimensões continentais. A esse aspecto soma-se a característica do não-pluralismo, um traço dominante de nossa mídia, promovida pela alta concentração do poder na mão de alguns grupos midiáticos (KUCINSKI, 2002).

Assumindo o ponto de partida de que a estrutura brasileira de meios de comunicação é oligopolizada, cabe indagar qual ponto-de-vista teria sido privilegiado na cobertura da tragédia. O primeiro aspecto que se aponta é o de que nossa estrutura de meios é dominada pelo controle privado. Outro aspecto é a hierarquia do local (município, o qual está ausente

na maioria do Brasil), do regional (habitualmente as capitais de Estado federado) e do nacional (centralizado no eixo Rio-São Paulo). Qual a principal consequência disso?

Inicialmente é necessário destacar que qualquer cobertura de um evento dramático enfoca-se pelo viés privilegiado da iniciativa privada. As emissoras e redes sociais são agentes enunciadores de caráter privado. A presença de canais públicos nessas situações é rara.

No caso de Santa Maria, houve escassa presença do poder público na cobertura, embora a Força Nacional de Saúde tenha tido papel preponderante na liberação de informações sobre as vítimas. A Universidade Federal de Santa Maria registrou atuações nos desdobramentos, em datas posteriores, através de seus veículos institucionais de rádio e TV, bem como a transmissão ao vivo, por *streaming,* da divulgação do inquérito policial através de seu portal de internet. O canal comunitário de cabo, TV Santa Maria, foi considerado uma preciosa exceção, mesmo que o seu reduzido alcance não permita celebrações, embora as conexões na Web sejam animadoras.

Quais as consequências dessa condição privada e estruturada em rede na mobilização e cobertura realizadas? Para responder, faz-se fundamental reconhecer que a cadeia "enunciação - ponto de vista - sujeito" necessita ser identificada. É a partir dela que se pode admitir a validade de uma perspectiva. A pergunta redefine-se então em termos de "quem é o sujeito de uma cobertura midiática?". Responder que há "sujeito privado" equivale ao desempenho de meios de comunicação em seu labor de produção de uma cobertura privada.

Ilustramos o caso com um contra-exemplo, que se refere à divulgação da listagem de passageiros mortos no vôo da empresa *Air France,* do Rio de Janeiro para Paris, em 2010. Em nenhum momento, as autoridades francesas apresentaram uma listagem de passageiros desaparecidos. No Brasil, criou-se a expectativa de conhecê-los e os repórteres tiveram que explicar que se tratava de um evento pessoal, quase íntimo para suas famílias, não de um acontecimento público e que, nesta situação, a empresa não tem autorização para divulgação da condição de um grupo de indivíduos privados. Em Santa Maria, ao contrário, os acontecimentos foram assumidos, desde o início, como públicos, porque "a dor é pública", conforme relato de repórteres atuantes no jornalismo local (VARGAS, 2013). Essa perspectiva fomentou que repórteres da Rádio Gaúcha SM, braço da emissora do grupo RBS em Santa Maria, inadvertidamente, ainda nas primeiras horas da manhã da tragédia, tenham divulgado a listagem de ingressados nos hospitais como se fora uma listagem de óbitos. Somente no final da tarde do domingo, as autoridades liberariam uma lista oficial dos mortos, replicadas pela mídia.

Os abusos observados na exploração dos indivíduos em situações festivas, como as festas de carnaval em clube privados, possivelmente estimulou a prática da cobertura jornalística ao sensacionalismo. Amaral (2013, p.3) pondera sobre o potencial da experiência num dado contexto para o desenrolar de uma boa cobertura: "com a contextualização, as matérias geram conhecimento e mostram que a atividade jornalística pode ser exercida de forma ética e responsável".

Tomando-se em referência a importância do contexto, prosseguimos na busca de um sujeito da cobertura midiática entronizado na condição localizada, responsável ao nível sócio-semiótico, por uma enunciação eticamente responsável.

Enfrentando as barreiras da estrutura de rede, rapidamente chegamos à Rede Brasil Sul de Comunicações, principal filiada da Rede Globo, e seu canal local, a RBS TV Santa Maria. Observando-se que sua cobertura possa ser assumida enquanto instituidora de uma instância local, destaca-se o percurso da repórter Juliana Motta.

2. Drama e "genocídio de jovens futurosos"

Durante o XIV Congresso Intercom Sul, propusemos uma mesa intitulada "Pode o local falar para o Nacional?", dedicada a analisar a cobertura da tragédia de Santa Maria. Na assistência, o repórter Ricardo Cunha, do Canal Rural, indagou-nos o motivo do assunto permanecer por tantas semanas no noticiário. Afirmava ele que, com certa frequência, embarcações no Norte do Brasil vitimam número próximo a esse e sua repercussão não alcança o dia seguinte. Improvisadamente, elencamos alguns argumentos, os quais, aqui, pretendemos sistematizar. Apontamos, naquele momento, para a questão geoestratégica de localização do acontecimento trágico e para a população de formação multicultural, além da condição classe média das vítimas, tratando-se do "genocídio de jovens futurosos", como analisou o jornalista Lasier Martins da RBS, em debate veiculado em programa de rádio da Rádio Gaúcha de Santa Maria (20 h. de 21/05/2013).

A teia que se montou compõe o que Vera França (2012, p.10) reflete quando alude a uma estrutura de apreensão e de reação aos acontecimentos que aponta para quadros de sentido.[5]

[5] "Em síntese: acontecimentos acontecem em nossa experiência - e falam dessa experiência. Retratam quem somos, como vivemos. Em tempos midiáticos, os acontecimentos (e aqueles que os experimentam) estão submetidos a novas condições e, sobretudo, a uma nova dinâmica. A janela de análise dos acontecimentos se torna assim um importante instrumento de compreensão da realidade da vida cotidiana, da interpenetração de múltiplas realidades, da configuração do mundo da vida. Leva-nos, mesmo, a perguntar: é assim mesmo que queremos continuar vivendo? É esse o mundo… é essa a realidade que efetivamente optamos por construir e queremos deixar como nosso legado" (FRANÇA, 2012, p. 20).

Isabel Babo-Lança (apud FRANÇA, 2012, p. 19) fala dos eventos replicantes, acontecimentos que transformam-se em outros quando retomados em diferentes contextos, e que atuam em novos quadros de formação de sentido. Pois são os eventos replicantes que despontam em desafio ao propósito de construção de relatos coerentes: indagamos se a base, na qual se estruturam os quadros de sentido, foi capaz de dar conta da replicância produzida no evento de Santa Maria.

A análise publicada uma semana após a tragédia enfatiza a percepção da morte de "corações de estudante na câmara de gás" (SILVEIRA, 2013), em alusão à perda da inocência juvenil e a presença do gás cianídrico no incêndio, elementos que, para uma população de formação multicultural, marcam conflitos que são mais do que memória histórica.

Assim, a questão da localização e do poder do local pouco a pouco vem calando nas reflexões sobre a prática jornalística operante frente à estrutura de rede oligopolizada. No entanto, conforme destaca Zamin (2012), não é fácil definir a instância local.[6]

Abordando iniciativas consagradas pelas políticas de comunicação e cultura, observa-se a proliferação de estudos sobre o fomento de ações que aproveitem o desnível das diferentes naturezas de agentes públicos e privados em favor do controle e/ou do crescimento do midiático. Na realidade da estrutura de rede assimétrica, o local-nacional está associado a acontecimentos provenientes das metrópoles ou eventos extraordinários, o local-regional, habitualmente, associa-se a eventos provenientes de capitais federadas e o local-municipal instaura-se como instância de idiossincrasias e/ou tragédias.

Nossos argumentos guardam estreita relação com os debates que temos acompanhado no GP de Políticas e estratégias de Comunicação, especialmente no viés que Baitello Jr. (2010) apontou de que a capilaridade comunicativa emerge na sociedade com força rompedora, conforme ocorre com os questionamentos recorrentes nas mídias sociais sobre a ação da mídia hegemônica. A inserção da atividade midiática no entorno social, sua força problematizadora e os vínculos que sua ação proporciona fazem-se sucedâneos de uma nova compreensão do político na sociedade contemporânea. Também na reflexão de Marques de Melo (2009, p. 28), há consenso quanto ao estudo das relações sociais com foco no poder quanto aos recursos de Comunicação.

[6] Neste contexto, desponta a histórica experiência do rádio local em áreas de fronteira: "O Jornalismo no rádio comunitário resulta, também, das ligações que estabelece com o espaço local. Do mesmo modo, por se estruturar a partir do pertencimento a um lugar social, o Jornalismo nos espaços fronteiriços é dimensionado pelo que representa esse espaço físico. [...] São temáticas e acontecimentos que fazem referência ou afetam a fronteira que levam-na a se sobrepor ao local: permitir ou impedir a passagem, ocultar, integrar, rivalizar, ter lógicas comuns, manter diferenças." (ZAMIN, 2012, p.174).

Ao contrário da Guerra do Golfo que para a cobertura midiática não teve lugar, a abundante cobertura dos acontecimentos da Boate Kiss são localizados. No caso da tragédia de Santa Maria podemos dizer que sim, ela teve lugar, um lugar municipalizado.

Conforme Silveira (2013, p.2):

> a cobertura local contou com a mobilização das diversas emissoras radiofônicas AM, FM e comunitárias, ademais dos canais locais de televisão (RBS TV Santa Maria, TV Pampa, TV Campus da UFSM e TV Santa Maria - canal de cabo) e dos dois diários locais (A Razão e Diário de Santa Maria). Essa cobertura local foi amplificada pela capilarização de dezenas de veículos da região.

O editor do diário Zero Hora de Porto Alegre, Nilson Vargas (2013), enunciou alguns critérios daqueles que sua redação toma como parâmetros universalizados: "não mostrar cadáver. Saiu uma foto que foi comprada e depois foi bloqueada; não mostrar sangue; não noticiar suicídio". Para ele, razão e sensibilidade definem os parâmetros da cobertura da tragédia e o discurso da objetividade jornalística buscou impor-se frente a outros discursos, frente à dispersão provocada pela mobilização, frente à tragédia pessoal de tanta gente.

O discurso jornalístico joga com a necessidade de ausência de marca de um sujeito-autor e com a necessidade de presença de um sujeito-testemunha. No entanto, todo discurso jornalístico busca elidir a realidade de que é mercadoria privada posta à venda no mercado de consumo da informação.

Na situação da cobertura da tragédia, uma série de pontos-de-vista justapunham-se no caótico frenesi de uma cobertura improvisada frente a um acontecimento trágico de repercussão internacional.

Podemos indagar se a cobertura jornalística é depositária da perspectiva do sujeito real que nela atuou. Para responder, vamos tomar ainda dois exemplos ademais do editor do diário Zero Hora: a repórter da RBS TV Santa Maria e o fotógrafo do Diário de Santa Maria.

Trata-se de sujeitos que pouco sabiam e que tinham poucos minutos para organizar um mínimo de informações que se somavam ao ritmo dos acontecimentos inesperados: o número de mortes prosseguia crescendo assustadoramente, a ausência de recursos era inevitável, a falta de amparo dos familiares era comovedora, a lembrança do incêndio era paralisante, o pânico era notório. Um conjunto de condições que dominou as eleições narrativas operadas pela enunciação midiática.

O editor de Zero Hora, por coincidência, estava na cidade na madrugada da tragédia, na casa de seu filho que estuda na Universidade Federal de Santa Maria. Ele foi avisado pela

jornalista do plantão sobre o ocorrido às 4h30min do dia 27 de janeiro, e chegou à frente da boate Kiss a pé, alguns minutos depois das cinco horas da manhã. Daquele espaço, comandou toda a equipe do maior jornal gaúcho, coordenando a força tarefa de repórteres e designando quais se deslocariam até Santa Maria, que dista cerca de 300 km de Porto Alegre. Santa-mariense, egresso do curso de Jornalismo da UFSM, Nilson Vargas ajudou a fundar e foi o primeiro editor do Diário de Santa Maria. Foi com essa bagagem que ele articulou a integração da redação de Zero Hora com a do diário local por várias semanas. Sua experiência profissional condensada ao conhecimento das especificidades locais foi fundamental para que, rapidamente, ele definisse os ângulos de abordagens das matérias e quais fontes deveriam ser questionadas.

A repórter Juliana Motta, da RBS TV local, apareceu em toda a programação da TV Globo, falando desde distintos locais de Santa Maria. Era a repórter, ancorada por algum apresentador de plantão ou do programa em inserção, cercada por cerca de 40 profissionais. Ela transmitiu, no domingo, para os programas Globo Esporte (cerca de nove horas da manhã). Antes disso, havia feito uma entrada por telefone para o Globonews (TV a cabo), e prosseguiu com "vivos" no Faustão e no Fantástico. No dia seguinte, desde a Praça Saldanha Marinho, num espaço entre duas árvores que permitia e emissão de sinal, ou frente à sede da Policia Civil ou mesmo no Centro de Atividades Múltiplas onde se encontravam os cadáveres, ela realizou diversas entradas para programas como o Bom Dia Brasil, em seu "chamadão" às 6h e 20min. e durante o programa mesmo, em Ana Maria Braga, diversas entradas no Globo Notícia e no Encontro com Fátima Bernardes. No nível regional, entrou nos programas emitidos desde Porto Alegre como Bom Dia Rio Grande, Jornal do Almoço e RBS Notícias (salvo no primeiro dia). Ainda, no nível regional, entrou no Bom Dia de São Paulo. No nível local entrou no Jornal do Almoço (12 h) e RBS Notícias (19 h), ademais de diversos outros noticiários locais da Rede Globo. Na televisão a cabo entrou seguidamente no Globonews e no Jornal da Globo. A repórter entende que foi normal sua aparição durante o domingo em tantos espaços da rede. No entanto, a partir do dia seguinte, houve uma opção da rede por mantê-la, a despeito da grande presença de profissionais experimentados que acorreram para a cidade.

O fotojornalista Jean Pimentel escolheu o topo de um dos edifícios mais altos de Santa Maria, o Edifício Taperinha, para fotografar a caminhada que reuniu 35 mil pessoas na noite posterior à tragédia (Figura 1). A procissão ritualística mostra-se enquadrada pela *skyline* de edifícios e pela lua cheia enquadrada no canto superior esquerdo, imagem que

ilustrou a capa do Diário de Santa Maria em 29 de janeiro de 2013. Conforme o relato do editor de Zero Hora, que trabalhou coordenando a cobertura em conjunto com a redação do Diário de Santa Maria, nos desdobramentos da tragédia, a decisão de retratar a imagem daquele ângulo deveu-se ao fato daquele ser um ponto tradicionalmente utilizado para fotografar o maior evento religioso da cidade, a Romaria da Medianeira, que reúne, anualmente, milhares de romeiros em procissão (VARGAS, 2013). Outra imagem, de outro fotojornalista do Diário de Santa Maria (Germano Roratto), daria a volta ao mundo em 29 jornais e ocuparia quatro colunas com destaque na capa do New York Times.

Figura 1 – Capa do Jornal Diário de Santa Maria – 29/11/13
Foto: Jean Pimentel - DSM

Nos três casos, podemos observar um narrador como efeito de um processo de enunciação e não como um sujeito onisciente, próprio das coberturas nacionais realizadas no eixo Rio – São Paulo. Quem é o sujeito da enunciação? Ela estava na frente da Kiss, na frente do Hospital, da Delegacia de Polícia, na Praça (discurso do parlatório, da ágora), ela exercita tons para enunciar, com voz de autoridade e de comoção.

As críticas à cobertura e sua estrutura mobilizada pela tragédia foram múltiplas. Uma delas afirma que o local está dessubstanciado, diluído na codificação definida pelo “padrão Globo de qualidade”. No entanto, também se observou uma variedade de abordagens, a frequência, os “ao vivo” da Praça Saldanha Marinho, pela necessidade de clareza do sinal, a convergência da fala, do discurso, a presença da dupla “Cosme e Damião” (jornalista experiente de fora com um novato da cidade) fez aparecer a expressão dos experientes: "isso é pior do que uma guerra".

A linha temporal em uma cobertura apresenta a maior tensão narrativa ao permitir a constante introdução de novidades. O sujeito enunciador está à mercê de constantes transformações e a sucessão de formas de subjetivação está permanentemente interpondo-se no caminho narrativo. A condição de jornalista sabe-tudo organizador do discurso alheio encontra seu limite. Não há tempo para regatear entre pontos-de-vista e as eleições narrativas operadas pela enunciação quando encontram o horizonte crítico da dor pessoal feita pública de uma tragédia que vitimou centenas de pessoas e seus familiares e amigos.

O discurso na cobertura jornalística de tragédias brota e se perfila através de pontos-de-vista permanentemente atualizados.

É quando percebemos mais acuradamente, as formas de desenvolvimento da subjetivação no discurso narrativo que sobressaem os riscos assumidos. O relato jornalístico dramático, quando introduz um novo lugar para o sujeito na forma de personagem que tudo narra, necessita produzir o efeito de tudo saber, mesmo impossibilitado de transitar no espaço de uma praça, de um saguão de estádio, de conversar e conferir versões com seus colegas e fontes.

Os relatos em nível nacional recompunham as linhas temporais de relatos realizados regionalmente, ao mesmo tempo em que os aproveitavam localmente por conta da complexa estrutura de TV no sul do Brasil. A transformação no tempo requeria a intervenção ajuizada do nível local.

2.2 Mobilização e hierarquização da localização

A cobertura da tragédia para os que vivem na região de Santa Maria demonstrou que o nível local ganhou a característica de sujeito múltiplo, de fundo, e não mais de um difuso relator eventual. Observamos algumas características relatadas a seguir.

O experiente editor de Zero Hora indaga-se sobre "até que ponto a solidariedade e os sentimentos subjetivos são manchetes?" A ponderação de juízo moral envolve considerar que qualquer ato consiste em agir com autoria, num envolvimento responsável com o mundo.

A presença da jovem repórter de Santa Maria reavivou o relato localizado continuamente durante o domingo e seu êxito pode ser atribuído à cultura midiática santamariense, apoiada em mais de 40 anos de produção telejornalística diária. Erigiu-se como um marco do sabor local na grade de programação nacionalizada.

Ao telespectador (enunciatário) localizado nacionalmente é possível reconhecer diversas

formas de manifestação discursiva. O efeito de objetividade foi produzido através da soma de relatos autobiográficos de populares, de familiares e de profissionais reavivados em constantes aparições.

O trabalho de cobertura ao vivo, em televisão, produz um efeito de transparência e de responsabilização dos enunciados pela pessoa que assume a condição de apresentador ou de repórter.

Segundo Benveniste (1995), há a enunciação subjetiva (a que explicita as marcas do sujeito que diz estar falando) e a enunciação não subjetiva (aquela em que se apagam as marcas do sujeito). Pois bem, o jornalismo busca a segunda condição, obsessivamente, embora, temos que advertir, a marca do veículo jornalístico é impossível de ser de todo eliminada. O eu enunciador da informação jornalística é o mesmo do veículo, ainda que implícito no discurso.[7]

A inscrição de sujeitos localizados diversamente no decorrer de um mesmo telejornal, por exemplo, exige uma grande tarefa de reconhecimento da multiplicidade enunciativa sem que, no entanto, isso implique na diversificação de pontos-de-vista. A narração de um telejornal pode contar, normalmente, com repórteres formalmente designados para a tarefa. Na cobertura da tragédia de Santa Maria, no entanto, ocorreu uma inovação, fruto das circunstâncias definidas pelo dia do acontecimento (domingo) e pela distância (mais de dois mil quilômetros do eixo Rio-São Paulo).

3. A construção de relatos em meio ao caos: do nacional para o local

Percebeu-se, depois do domingo em que a maioria dos repórteres estava em dia de descanso, que a assinatura entendida como o ato de presença da Rede Globo nos três níveis não poderia prescindir da inserção localizada e enraizada na cidade. Questões de sotaque, idiossincrasias, singularidades, ritmo dos desdobramentos e precisão de dados interpuseram-se à hierarquia da estrutura de rede. Os repórteres-de-rede (Ricardo Von Dorf e Kiria Meurer, da Rede Globo, em Santa Catarina, Rosane Marchetti e Guacira Merlin no

[7] Conforme destaca Koelling (2003) ao abordar a dêixis em sua propriedade espaço-temporal de uma enunciação: Comecemos, então, pela definição de Benveniste. Para o autor francês, a dêixis contém o indicador de pessoa, sendo que dessa referência emerge seu caráter cada vez único e particular. O linguista salienta que "é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas (pronominais) não remetam à 'realidade' nem a posições 'objetivas' no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim seu próprio emprego (BENVENISTE, 1995, p. 280). De forma semelhante, Cervoni também considera os dêiticos como signos que remetem a sua enunciação e acrescenta ser impossível atribuir- lhes um referente se não conhecemos, como participantes ou testemunhas, os actantes e o âmbito espaço-temporal da enunciação" (KOELLING, 2003, p. 2).

Rio Grande do Sul) coabitaram o espaço narrativo com repórteres locais de pouca experiência (Juliana Motta, Alice Pavanello, Micheli Ribeiro e Bernardo Bortolotto). A incumbência de proclamação de novidades foi atribuída ao papel mediador da repórter local dada sua alta frequência e imponderabilidade. O embate entre autoridades responsabilizadas pela tragédia, a mobilização dos estudantes e a comoção geral exigiram a estabilidade de uma cidadã local.

Aos repórteres de rede delegou-se o que pode ser denominado de abordagem de testemunhos. Aos repórteres enviados do Rio de Janeiro (Sandra Annenberg e Ernesto Paglia), definiu-se a atividade de relatar o cotidiano através de diálogos travados com moradores, familiares, voluntários e autoridades, muitos deles em tom autobiográfico tanto dos sujeitos entrevistados como dos entrevistadores.

O jogo de aparições e de desaparições do nível local em favor do regional, bem como do nacional, responde a pouco mais de dez por cento da grade de programação nacionalizada. Para os resultados da cobertura telejornalística em catástrofes, no entanto, a estrutura narrativa, assim distribuída, assume a perspectiva moderna de contar com a inscrição de diversos narradores para contemplar distintos aspectos da narrativa. Trata-se de uma estrutura narrativa de qualidade e que supera de longe o que se pode denominar de narração simulada, ou seja, a presença de um repórter rapidamente deslocado para o local do acontecimento trágico. A narração, assim localizada, por um sujeito que se desloca espacialmente com a finalidade de localizar-se, implantar-se, no ambiente dos acontecimentos dificilmente consegue superar a riqueza da outra. Ainda que efetivamente seu sujeito ali esteja, a incorporação do ponto-de-vista local necessita um fundo de aderência de difícil improviso constituindo, dessa forma, uma localização simulada.

O sujeito seria ele próprio testemunha do vazio de distintas perspectivas? Parece que não. Assim, foi possível explorar e exportar para o nível nacional que há na cobertura jornalística da Rede Globo e em menor medida na Rede Record, a combinação interna de três níveis de localização: local, regional e nacional.

A localização espaço-temporal do nível local executada pela RBS TV Santa Maria instituiu uma atuação estabilizada em locais considerados decisivos nos desdobramentos gerados pelo acontecimento trágico (calçada da boate, Câmara de Vereadores, Prefeitura, pontos de passagem das manifestações, sede da Polícia Civil, praça central da cidade, etc.). Essa localização ainda estabilizou-se no diálogo com sujeitos autorizados institucionalmente (governador do Estado, comandante do Corpo de Bombeiros, delegado de Polícia,

promotores públicos, advogados, assessores). O arranque da presença do nível local no decorrer da programação da Rede Globo no domingo, dia da tragédia, acabou por impor-se no decorrer da programação nos dias sucessivos. A programação da emissora local foi alterada durante todo o primeiro mês. A imagem da repórter Juliana Motta da RBS TV Santa Maria foi mantida nas entradas ao nível nacional e, por decorrência, no regional, fragmentando-se em aparições continuadas até a feitura desta comunicação.

Já o nível regional da localização espaço-temporal, executada pela RBS TV Porto Alegre, foi flutuante e privilegiou a modulação da cobertura entre os níveis local e nacional, deslocando-se em direção a diversas frentes que rompiam no cenário, buscando consolidar distintos pontos-de-vista (agentes públicos e agentes privados).

A localização espaço-temporal do nível nacional careceu de estabilidade e teve sua articulação estruturada em rede abalada pelas novidades. A programação da TV Globo foi fraturada e submetida à continua intervenção dos outros níveis considerados mais próximos e de maior fidedignidade aos desdobramentos gerados pelo acontecimento catastrófico. A localização do nacional foi afetada pela dialética entre práticas estáveis, mantendo-se flutuante na atualização narrativa e até anulando-se frente à transmissão de alguns relatos locais e regionais. Sua atuação foi marginal ao relato localizado naqueles níveis e concedeu interioridade e profundidade à cobertura, resguardada pela iminência de aparição do nível local.

Considerações finais

Na cobertura de catástrofes observa-se que, normalmente, o nível nacional termina por reduzir o nível local a fonte primária do relato. Acreditamos que em Santa Maria isso não ocorreu. A análise da cobertura da Rede Globo permite reconhecer o que se considera como os três lugares básicos de uma tipologia das formas elementares de articulação da enunciação. Ela se estabelece entre a emissora cabeça-de-rede e suas praças regionais (capitais de Estado) ademais das locais, conforme é praticada rotineiramente pela afiliada RBS e sua rede de emissoras.

Podemos considerar que o narrador onisciente situado ao nível do nacional cedeu lugar ao narrador situado localmente? Consideramos que a questão recém começa a ser respondida. Para respondê-la satisfatoriamente enunciamos alguns procedimentos que estão sendo seguidos por nosso grupo de pesquisa, com base na filosofia moral de Bakhtin (2010). Ela requer observar passos metodológicos que envolvem identificar as formas e os tipos de

interação verbal (e audiovisual) em ligação com as condições concretas em que se realiza; as formas das distintas enunciações em ligação com a interação que constituem os elementos. Tais procedimentos buscam conhecer a responsabilidade moral dos agentes envolvidos em um acontecimento, arriscando-se também ao buscar transmitir desde uma perspectiva unívoca, mas produzida coletivamente, um relato em meio ao caos.

Se um determinado texto dos tantos emitidos na cobertura falou, é porque alguém falou nele. Esse alguém possui identidade própria? Quais são as propriedades que o fazem discernível dentre tantas outras identidades? Como enfrentar a dispersão de perspectivas possíveis frente à necessidade de ter um discurso coerente em meio ao caos? Ou seja, alguém está preparado para cobrir uma tragédia?

Buscamos *conhecer a noticiabilidade enquanto processo e produto de uma cadeia tecnológica e de responsabilidades discursivas que necessitam ser conhecidas para ser adequadamente questionadas*. Não basta condenar a concentração midiática sem revelar adequadamente o preço axiológico nela embutido, sem questionar os dogmas da neutralidade professados em tantas esferas do ensino à pesquisa. Consiste ainda em avaliar o peso da assimetria de relações quando o discurso localizado numa metrópole busca impor-se frente a pontos de vista arrigados ao nível regional ou municipal. Tais aspectos dão corpo à incipiente crítica da regionalização de conteúdos e devem integrar propostas de revisão das políticas de comunicação.

As redes sociais privilegiam uma lógica de investimento afetivo e emocional que se imbrica com a lógica institucional e racional dos meios tradicionais. O aproveitamento das redes sociais por parte das mídias tradicionais tem observado a medida justa para que as últimas possam se legitimar como um espaço plural, capaz de traduzir os sentimentos e as emoções dos diversos grupos sociais, mas sua capacidade de legitimar-se como instância privilegiada de interpretação e mediação dos eventos trágicos tem sido questionada justamente naqueles aspectos de distanciamento já apontado pelos defensores da regionalização de conteúdos.

Por fim, observamos que a busca de imposição do discurso jornalístico-objetivo frente ao jornalismo da carnavalização, mais próximo ao torpor do pesadelo vivenciado coletivamente, deixou marcas que impuseram sua presença nas redes sociais e apontam para um contraste do qual dificilmente as velhas práticas jornalísticas da hierarquia local-regional-nacional irá recompor-se.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Marcia F. O quase sensacionalismo. **Estado de Minas**. Sábado, 23/02/2013.

BAITELLO JR. Norval. "Las capilaridades de la comunicación". In: SARTORI, Rodrigo Browne; MUÑOZ, Breno Onetto; VALENZUELA SEPULVEDA, Victor Hugo. (Org.). **Diálogos culturales. Interdisciplinas para la comunicación.** Valdivia, Chile/São Paulo: Universidad Austral/Annablume, 2007. p. 127-137.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galáxia**, São Paulo, n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

JIMENEZ, Keila. Em dois dias, TV aberta dedicou 46h a tragédia. **Observatório da Imprensa**, 05/02/2013, edição n.732.

KOELLING, Sandra Beatriz. Os dêiticos e a enunciação. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. V. 1, n. 1, agosto de 2003. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

KUCINSKI, Bernardo. Mídia e democracia no Brasil. In: FISCHMANN, Roseli e KUNSCH, Margarida. **Mídia e tolerância: a ciência construindo caminhos de liberdade**. São Paulo: Edusp, 2002.

MARTINS, Lasier. Mesa Redonda. **Rádio Gaúcha de Santa Maria**, 21/05/2013.

MELO, José Marques de. Economia Política da Comunicação no Brasil de 1923-2008 - Precursores, pioneiros, baluartes e vanguardistas. **Intercom — Revista Brasileira de Ciências da Comunicação.** São Paulo, v.32, n.1, p. 15-31, jan./jun. 2009.

MOTA, Juliana. **Entrevista concedida ao grupo de pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras**. Santa Maria, 03/04/2013.

SILVEIRA, Ada C. M. Nossos corações de estudante na câmara de gás. **Observatório da Imprensa**, 05/02/2013, edição n.732.

VARGAS, Nilson. **Palestra aos alunos de Comunicação Social da UFSM**. 02/05/2013.

ZAMIN, Angela. A fronteira no rádio comunitário: fragmentos de um discurso sobre o local. In: FOSSÁ, M.I.T.; SILVEIRA, A.C.M.; LISBOA, F.F. **Rádio, sociedade, fronteira.** Santa Maria: FACOS-UFSM, 2012. p.170-190.